

ÍNDICE SISTEMÁTICO

PREFÁCIO	V
----------------	---

A CONSTRUÇÃO RETÓRICA DO ORDENAMENTO JURÍDICO – TRÊS CONFUSÕES SOBRE ÉTICA E DIREITO

João Mauricio Adeodato

1. A confusão entre normas e textos.....	1
2. A confusão entre textos sobre condutas e textos sobre textos..	3
3. A confusão das regras éticas de base do ordenamento jurídico	7

O DECISIONISMO E O JUDICIAL LAW – A SÚMULA VINCULANTE

Francisco Meton Marques de Lima e Francisco Meton Marques de Lima Filho

1. Ativismo judicial	11
2. A metamorfose judicial.....	13
2.1. Do Estado de Direito para o Estado do Direito.....	13
2.2. A Justiça bizantina agoniza, e outra prenuncia das cinzas humanas.....	14
2.3. O pluralismo implicou a profusão conceitual.....	15
2.4. Transindividualização dos direitos e interesses.....	16
2.5. Omissão dos Poderes Legislativo e Executivo ou atuação de ambos in pejus	16
2.6. O resgate do paradigma perdido	17
2.7. A deusa rasga o véu. O Neoconstitucionalismo, a nova hermenêutica, o valor	18
3. A justiça por quem os sinos dobram – uma justiça de atitude ..	19
4. Um monstro de laboratório (?). O Judicial Law como parte do processo decisionista	21

4.1. O caldo de cultura onde foi fermentada a Súmula Vinculante	23
4.2. Definição e natureza da súmula vinculante	25
4.3. A lei do terceiro Poder. A Súmula Vinculante x o Princípio Democrático.....	27
4.5. O Jeca Tatu, mais uma vez, assiste acororado à transformação da República	31
5. Crítica à premência da implantação da Súmula Vinculante	33
6. Notas Conclusivas	35
BIBLIOGRAFIA	37

OS DIREITOS HUMANOS COMO VALORES INTRINSECAMENTE COMUNICÁVEIS

Edilsom Farias

1. Fundamentação filosófica	39
1.1. Tese positivista	39
1.2. Tese realista.....	40
1.3. Tese jusnaturalista	41
a) Fundamentação objetiva	41
b) Fundamentação subjetiva	42
c) Fundamentação intersubjetiva.....	43
2. Fundamentação constitucional.....	45
3. Os Direitos Humanos como critério de legitimidade de regimes políticos	47
4. Classificação dos direitos humanos	49
4.1. Direitos Cíveis e Políticos.....	49
4.1.1. Direitos cíveis e políticos na Constituição Federal de 1988.....	50
4.2. Direitos econômicos, sociais e culturais.....	51
4.2.1. Direitos econômicos, sociais e culturais na Constituição Federal de 1988.....	52

PENSAR A VIDA, PENSAR O MUNDO, PENSAR O DIREITO

Robertônio Pessoa

1. Por que filosofar?	55
-----------------------------	----

2. Filosofia – “estilo de vida” ou “discurso”?	56
3. Por uma filosofia do direito mais realista.....	57
4. A construção de uma filosofia do direito	59
5. Ousar pensar por conta própria	63
6. Pensar o direito na companhia dos filósofos.....	63
7. Sem pretender concluir	65
BIBLIOGRAFIA	66

R. DWORKIN E O CONCEITO DE INTERPRETAÇÃO

<i>Fernando Rodrigues</i>	67
BIBLIOGRAFIA	80

POR UMA RETOMADA DA PRUDÊNCIA – o JUIZ PRUDENTE (PAR UNE REPRISE DE LA PRUDENCE: LE JUGE PRUDENT)

Francisco Gérson Marques de Lima

1. Jurisdição de equidade e processo de princípios	81
2. A Prudência	89
O que é Prudência?	89
3. O Juiz Prudente e o juízo prudencial	93
4. Tangenciando a criação do direito: realismo e sociologismo jurídicos	98
Conclusão	109
BIBLIOGRAFIA	110

O DIREITO E A RELAÇÃO ENTRE FATOS E NORMAS NAS SOCIEDADES MODERNAS E CONTEMPORÂNEAS

Adalberto Antonio Batista Arcelo

1. Introdução	113
2. A ciência do direito tradicional e a distinção entre fatos e normas	117
3. A teoria crítica da sociedade e a superação da distinção entre fatos e normas	119
4. Os discursos de justificação e de aplicação do direito como co-constitutivos do próprio direito.....	122
V. Conclusão	123
BIBLIOGRAFIA	124

CONSTITUCIONALISMO DE PRINCÍPIOS E JUÍZO DE PONDERAÇÃO

Arnaldo Boson Paes

1. Introdução	125
2. A importância da teoria dos princípios na dogmática constitucional	126
3. Distinção entre princípios e regras jurídicas	130
4. Constitucionalismo de princípios.....	133
5. Resolução das colisões entre princípios constitucionais pelo juízo de ponderação.....	136
6. Conclusão	139
BIBLIOGRAFIA	140

A DOGMÁTICA JURÍDICA E OS PARÂMETROS DA CRIATIVIDADE JUDICIAL

<i>Nelson Juliano Cardoso Matos</i>	143
BIBLIOGRAFIA	158

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

Thânia Maria Bastos Lima Ferro

Introdução	161
1. Hermenêutica jurídica e interpretação	161
1.1. Conceito	161
1.2. Breve histórico	162
1.3. Necessidade de interpretação	163
2. Hermenêutica constitucional	164
2.1. Interpretação constitucional	164
2.2. O papel dos princípios na Interpretação Constitucional	165
3. A Constituição Federal de 1988 e a mudança de paradigma	166
3.1. Breve histórico das Constituições brasileiras	166
3.2. O paradigma anterior e o novo paradigma.....	170
3.3 O novo papel do Juiz – Ativismo judicial?	171
4. O posicionamento do STF ante à nova Carta Constitucional e o novo paradigma	173
Conclusão	178
BIBLIOGRAFIA	179